

TENDÊNCIAS DOS PRINCIPAIS ASSUNTOS DE AUDITORIA EVIDENCIADOS NOS SETORES DE UTILIDADE PÚBLICA E TELECOMUNICAÇÕES DA B3 S.A.

TRENDS OF THE KEY AUDIT MATTERS EVIDENCED IN THE PUBLIC UTILITY AND TELECOMMUNICATION SECTORS OF B3 S.A.

JULIANY MOREIRA BEIJOSA VARGAS

Graduanda em Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

E-mail: juliany.mbvargas@gmail.com

MÁRCIA BIANCHI

Doutora em Economia pela UFRGS. Docente do Programa de Pós Graduação em Controladoria e Contabilidade - PPGCONT e do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais (DCCA) da Faculdade de Ciências Econômicas (FCE) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

E-mail: marcia.biachi@ufrgs.br

LAUREN DAL BEM VENTURINI

Doutoranda em Contabilidade pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

E-mail: laurenventurini@hotmail.com

Resumo: Este estudo analisa as tendências dos Principais Assuntos de Auditoria (PAA) reportados pelos auditores independentes nas companhias dos setores de utilidade pública e telecomunicações listadas na Brasil, Bolsa, Balcão (B3) no período de 2016 a 2019. Por meio da pesquisa quantitativa, descritiva e documental, analisou-se a seção dos PAA do Relatório do Auditor Independente (RAI), totalizando 793 relatórios. Constatou-se redução anual do montante total de PAA no período analisado e média geral de 2,75 PAA por empresa, sendo Receita, Ativos e Passivos de Concessão e Setorial e Contingências os itens mais reportados em cada ano avaliado. Os assuntos Receita e Contingências estão entre os cinco mais citados em todos os setores, nos quatro anos avaliados. Ainda, mais de 79% dos PAA da amostra foram reportados pelas *big four*. Na subcategorização dos PAA verificou-se que eles têm mais relação ao Ativo da empresa e Passivo é a característica menos presente. Os resultados indicam que, após um período de adoção, os aspectos de reporte dos PAA parecem ter um padrão de tipo e quantidade de assuntos reportados, os quais têm relação com os setores analisados, firma auditora, complexidade de contabilização e são mais assuntos de cunho contábil do que de gestão das companhias. Assim, a evidenciação dos PAA identificados nos RAI, segregando por setor, firma auditora e categorias, fornecem-se informações adicionais aos *stakeholders* e contribui com a percepção da qualidade do relatório de auditoria.

Palavras-chave: Principais Assuntos de Auditoria. Relatório do Auditor Independente. Auditoria.

Abstract: *This study analyzes the trends of the Key Audit Matters (PAA) reported by independent auditors in companies in the public utility and telecommunications sectors listed in Brazil, Stock Exchange, Counter (B3) in the period from 2016 to 2019. Through quantitative, descriptive and documentary research, the PAA section of the Independent Auditor's Report (RAI) was analyzed, totaling 793 reports. There was an annual reduction in the total amount of PAA in the period analyzed and an overall average of 2.75 PAA per company, with Revenue, Assets and Liabilities of Concession and Sector and Contingencies the most reported items in each year evaluated. The topics Revenue and Contingencies are among the five most mentioned in all sectors, in the four years evaluated. Furthermore,*

more than 79% of the PAA in the sample were reported by the big four. In the PAA subcategorization, it was verified that they are more related to the company's Assets and Liabilities is the least present characteristic. The results indicate that, after a period of adoption, the reporting aspects of the PAA seem to have a pattern of type and number of matters reported, which are related to the sectors analyzed, auditing firm, accounting complexity and are more of an accounting than the management of companies.. Thus, the disclosure of the PAAs identified in the RAI, segregating by sector, auditing firm and categories, provides additional information to stakeholders and contributes to the perception of the quality of the audit report.

Keywords: Key Audit Matters. Independent Auditor's Report. Audit.

1 INTRODUÇÃO

A auditoria contábil tem o papel de validar as informações apresentadas nas demonstrações contábeis (SOUZA; ALBERTON; BORBA, 2017). Por meio do Relatório do Auditor Independente (RAI), o auditor emite sua opinião acerca das demonstrações contábeis e se comunica com os usuários desses relatórios, auxiliando-os em sua tomada de decisão (CHIUDINI; CUNHA; MARQUES, 2018). Baseado na importância do RAI, Wisnik (2018, p. 14) destaca que “o Relatório do Auditor Independente é o principal canal de comunicação do auditor com os usuários das demonstrações contábeis auditadas”.

Visando melhorar as informações disponíveis no RAI, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) editou a norma NBC TA 701 – Comunicação dos Principais Assuntos de Auditoria no Relatório do Auditor Independente, que entrou em vigor em 31 de dezembro de 2016, alterando a forma de sua apresentação com a inclusão da seção denominada de Principais Assuntos de Auditoria (PAA) (CFC, 2016). A inserção dessa seção tem o objetivo de tornar o Relatório do Auditor Independente mais esclarecedor, proporcionando maior transparência sobre a auditoria realizada, ao fornecer, aos usuários, informações adicionais sobre as questões consideradas significativas para o auditor (BOTEZ, 2017).

Os Principais Assuntos de Auditoria são selecionados dentre os assuntos comunicados aos responsáveis pela governança e que, no julgamento profissional do auditor, exigiram maior atenção durante a execução da auditoria (*International Accounting Standards – IAASB*, 2015). A comunicação dos PAA no RAI é exigida a toda a auditoria realizada em companhias listadas em bolsa de valores (CFC, 2016).

A seção de PAA oferece a possibilidade dos auditores independentes fornecerem informações específicas da empresa às partes interessadas (TUŠEK; JEŽOVITA, 2018). Porém, os autores mencionam que o futuro mostrará os efeitos de longo prazo dessas mudanças, se após um período de adoção, se tornarão padronizados e insuficientemente informativos ou trarão especificidades da empresa para as partes interessadas. Adicionalmente, o *American Accounting Association – AAA* (2021) aponta que os PAA são específicos de cada auditoria e as principais considerações que levaram o auditor a determinar que um assunto seja um PAA e a forma como ele foi tratado na auditoria podem ser diferentes, mesmo entre empresas do mesmo setor.

Em estudos anteriores verificou-se que eles analisaram especialmente o primeiro e/ou o segundo ano de divulgação dos PAA (2016 e 2017). O Instituto dos Auditores Independentes do Brasil [IBRACON] (2017) avaliou os PAA das 546 companhias abertas que arquivaram os Relatórios dos Auditores Independentes no site da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) de 01.01.2017 a 31.03.2017. Marques e Souza (2017) analisaram os PAA de 2016 reportados nos RAIs de 49 empresas do IBOVESPA. Silva, Bianchi e Venturini (2018) analisaram a seção dos Principais Assuntos de Auditoria, dos RAIs dos anos de 2016 e 2017, das 57 empresas listadas na B3, do segmento de energia elétrica. Já Seganfredo (2019) analisou os procedimentos utilizados por cada firma auditora na abordagem dos PAA relatados no Relatório de Auditoria das empresas listadas na B3 de 2016 a 2017.

Portanto, com base nas análises dos estudos anteriores e na evidência do AAA (2021) de ser necessário compreender se e quais tendências começaram a surgir em relação aos PAA, observa-se a necessidade de avançar nas pesquisas, com estudos longitudinais que auxiliem pesquisadores, auditores e órgãos reguladores nesse entendimento. Dessa forma, a questão problema deste estudo é: *quais são as tendências dos Principais Assuntos de Auditoria reportados no Relatório do Auditor Independente das companhias do setor de utilidade pública e telecomunicações listadas na B3 S.A. – Brasil Bolsa Balcão?* O objetivo do estudo consiste em analisar as tendências dos Principais Assuntos de Auditoria reportados pelos auditores independentes nas companhias dos setores de utilidade pública e telecomunicações listadas na Brasil, Bolsa, Balcão (B3) no período de 2016 a 2019.

O ambiente de telecomunicações no Brasil é relevante, pois apresenta crescente *market share*, totalizando as cinco maiores empresas 85% em 2016 (FERRAZ; COSTA; AMANAJÁ, 2017). O setor de

energia elétrica tem influência significativa no mercado nacional, assim como no desenvolvimento da sociedade (CASTRO; ROSENTAL, 2016). Assim, o estudo justifica-se pela contemporaneidade da norma e, por contribuir com a literatura ao analisar a tendência dos Principais Assuntos de Auditoria evidenciados nos RAIs dos setores de utilidade pública e telecomunicações, abrangendo um período maior que pesquisas anteriores. Isso auxilia os *stakeholders* compreenderem quais e quantos são os assuntos julgados como os mais relevantes pelos auditores independentes, no período de 2016 a 2019, em setores que possuem regulamentação própria, prestam serviço à comunidade em geral, são indispensáveis à vida moderna, e essenciais à economia, pois estimulam o crescimento econômico e permitem conexão globalizada (CASTRO; ROSENTAL, 2016). Logo, são segmentos que possuem elevado número de interessados nas suas divulgações.

Ainda, esta pesquisa diferencia-se dos estudos anteriores (IBRACON, 2017; MARQUES; SOUZA, 2017; SILVA; BIANCHI; VENTURINI, 2018; SEGANFREDO, 2019) por evidenciar os assuntos mais divulgados por setor e firma auditora, e por apresentar a tendência dos PAA, inicialmente segundo as 24 categorizações do IBRACON (2017; 2018) e, posteriormente, em seis itens validados por especialistas (analista de mercado e professores doutores em Contabilidade). Por fim, tendo em vista serem os auditores os responsáveis pela aplicação e comunicação da NBC TA 701 às partes interessadas e os PAA serem parte do conteúdo do RAI, este estudo, ao relatar os PAA divulgados em setores regulamentados e por firmas auditoras, auxilia também na percepção da qualidade do relatório de auditoria.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Esta seção aborda a sustentação teórica relativa à auditoria contábil, Relatório do Auditor Independente e Principais Assuntos de Auditoria. Além disso, apresenta estudos relacionados ao tema do estudo.

2.1 AUDITORIA CONTÁBIL E RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

A auditoria contábil, de acordo com Cunha, Beuren e Pereira (2009, p. 47), é a “[...] metodologia utilizada para analisar a veracidade dos dados que consubstanciam as demonstrações contábeis, decorrentes de fatos e eventos econômicos de uma determinada entidade”. Já, o objetivo da auditoria, conforme a NBC TA 200 (R1) (CFC, 2016a, p. 2), é “[...] aumentar o grau de confiança nas demonstrações contábeis por parte dos usuários”. Desta forma, a realização da auditoria contábil fornece maior credibilidade às demonstrações contábeis (SILVESTRE; SPRENGER; KRONBAUER, 2016). Para Reina *et al.* (2021), a auditoria é também um importante mecanismo de controle, que pode evidenciar equívocos involuntários ou fraudes ocasionadas por atos ilícitos e de má fé.

Durante a realização da auditoria, o auditor executa procedimentos a fim de garantir que as demonstrações contábeis estão livres de distorções relevantes devido a fraudes ou erros. Para isso, ele avalia se os relatórios financeiros estão de acordo com as políticas contábeis selecionadas pela administração da companhia e se essas políticas são apropriadas e são coerentes com as normas vigentes. Observa também, se as estimativas realizadas pela administração são razoáveis e se as demonstrações financeiras estão apresentadas adequadamente, permitindo o entendimento dos usuários (BOTEZ, 2017).

Na visão de Cunha, Beuren e Pereira (2009), mesmo a auditoria contábil não sendo exigida a todas as empresas, pode ser realizada de forma voluntária como medida gerencial adotada pela administração, possibilitando detectar possíveis fraudes e erros contábeis, como também verificar a adequação dos controles internos e das demonstrações contábeis.

O Relatório do Auditor Independente, anteriormente chamado de parecer, é o instrumento pelo qual o auditor expressa sua opinião sobre a existência ou não de distorções relevantes e a conformidade das demonstrações contábeis em relação às normas (SILVESTRE; SPRENGER; KRONBAUER, 2016). A estrutura do Relatório do Auditor Independente é estabelecida pela NBC TA 700 – Formação da Opinião e Emissão do Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis (CFC, 2016b). No Quadro 1 ilustra-se essa composição do RAI.

Quadro 1 - Estrutura do Relatório do Auditor Independente

a – Título
b – Destinatário
c – Opinião do auditor
d - Base para opinião

e – Continuidade operacional
f – Principais Assuntos de Auditoria
g – Outras informações
h – Responsabilidades pelas demonstrações contábeis
i – Responsabilidades do auditor independente pela auditoria das demonstrações contábeis
j – Localização da descrição das responsabilidades do auditor independente pela auditoria das demonstrações contábeis
k – Outras responsabilidades relativas à emissão do relatório
l – Nome do sócio ou responsável técnico
m – Assinatura do auditor
n – Endereço do auditor independente
o – Data do relatório do auditor

Fonte: elaborado a partir de NBC TA 700 (CFC, 2016b).

Com base no Quadro 1, o conteúdo do relatório emitido pelo auditor, como resultado da auditoria das demonstrações contábeis possui uniformização regulada pela NBC TA 700 (CFC, 2016b). Silvestre, Sprenger e Kronbauer (2016) justificam a globalização da economia como causadora da necessidade de informações padronizadas, sendo indispensável para que empresas de diferentes países tenham acesso a informações comparáveis.

Ademais, os usuários das demonstrações financeiras sinalizaram a necessidade do RAI ser mais informativo, contemplando mais informações relevantes e específicas da entidade auditada (*INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS - IAASB*, 2015). Para tal, no Brasil, entre julho e setembro de 2016, o RAI passou por alterações, em que o CFC publicou um conjunto de normas de auditoria revisadas (CFC, 2016).

Conforme o Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON) (2017), esse Novo Relatório do Auditor não traz mudanças no escopo do trabalho e sim na comunicação, tornando-a mais constante e eficiente, sendo a alteração mais relevante à inclusão da seção designada de Principais Assuntos de Auditoria (PAA). A NBC TA 701 exige a divulgação dos PAA para demonstrações contábeis de exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 ou após das entidades listadas em bolsa de valores e às circunstâncias nas quais o auditor decide comunicar os Principais Assuntos de Auditoria em seu relatório (CFC, 2016).

Wisnik (2018) evidencia que a NBC TA 701 impactou o Novo Relatório do Auditor, por apresentar um conceito inédito até então, responsabilizando o auditor independente a comunicar os assuntos que exigiram sua maior atenção durante a realização da auditoria. O IAASB (2015) inferiu que o Novo Relatório do Auditor Independente renova o foco do auditor independente, e, mesmo que indiretamente, contribui para o aumento do ceticismo profissional, característica fundamental dos auditores. Neste sentido, a incorporação dos PAA no RAI auxilia as empresas e seus *stakeholders* a compreenderem melhor os assuntos que foram considerados mais importantes de acordo com o julgamento profissional do auditor (MASDOR; SHAMSUDDIN, 2018).

Para Reina *et al.* (2021), o relatório deve seguir a estrutura apresentada na NBC TA 700 (CFC, 2016b), mas não deve evidenciar o que não é importante, devendo o auditor aplicar o seu julgamento profissional na determinação do que deve ser publicado. Ainda, para os autores, a falta de juízo acerca da relevância das informações divulgadas ocasiona um excesso de informações, prejudicando a qualidade do relatório.

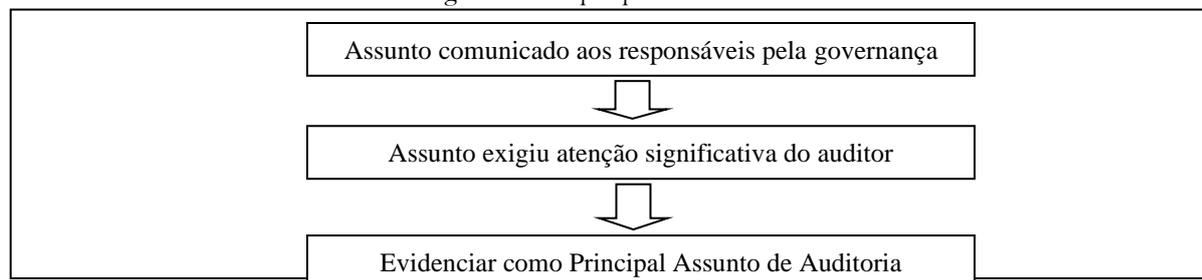
2.2 PRINCIPAIS ASSUNTOS DE AUDITORIA

A NBC TA 701 (CFC, 2016) define os Principais Assuntos de Auditoria como sendo aqueles que exigiram atenção relevante do auditor independente, durante a realização da auditoria de um determinado período, necessitando de exposição prévia a governança da empresa. Assim, o auditor julga e elabora uma lista inicial dos PAA, apresenta-os para equipe de governança e, após essa conversa, define quais PAA divulgará em seu RAI.

A comunicação dos Principais Assuntos de Auditoria, entre outros benefícios, fornece aos *stakeholders* informações adicionais, não substituindo a emissão de opinião modificada por parte do auditor, nem a apresentação de relatório na existência de incerteza quanto à capacidade de continuidade operacional da entidade e, também não é uma opinião separada sobre assuntos tomados individualmente (CFC, 2016).

A inclusão dos Principais Assuntos da Auditoria não altera as responsabilidades do auditor, nem da administração da companhia, apenas destaca questões importantes, específicas da companhia e da auditoria realizada, trazendo benefícios tanto para a qualidade da auditoria, quanto para a percepção dos usuários (IAASB, 2015). O caminho para reportar um PAA está destacado na Figura 1.

Figura 1 – Etapas para evidenciar um PAA



Fonte: adaptada de *Public Company Accounting Oversight Board – PCAOB* (2017).

A Figura 1 apresenta o roteiro para demonstrar um PAA, devendo o auditor considerar nesta decisão: as áreas que exigem maior atenção do auditor, ou seja, aquelas de maior risco elevado e significativo (risco de distorção relevante identificado); as áreas que necessitam de julgamento e estimativas da administração, bem como transações ou eventos significativos (CFC, 2016; *PUBLIC COMPANY ACCOUNTING OVERSIGHT BOARD – PCAOB*, 2017).

Silva *et al.* (2019, p. 85) destacam que: “Além da responsabilidade de informar no relatório de auditoria os PAA, o auditor deve descrever, de acordo com seu julgamento, qual foi o tratamento dado ao PAA”. Deste modo, após definir um assunto como PAA, o auditor deve incluir no relatório: o porquê o assunto foi considerado um PAA e como a auditoria conduziu este assunto, sendo que a quantidade de detalhes para descrever o tratamento dado a um PAA também fica a critério do auditor (CFC, 2016).

2.3 ESTUDOS RELACIONADOS

O Quadro 2 sintetiza estudos anteriores, nacionais ou internacionais, que analisaram, especialmente, as idiosincrasias dos PAA (média/total por companhia, segmento, firma de auditoria, ano e assunto mais citado) em determinado período de análise.

Quadro 2 – Síntese de estudos relacionados

Autor(es)	Objetivo	Período de análise amostra	Principais achados
IBRACON (2017)	Análise dos PAA de companhias abertas	546 depositados B3 entre 01.01.2017 e 31.03.2017	RAI na amostra - Média de 2,43 PAA por companhia e 1.329 ao total; - Assuntos mais citados: valor recuperável de ativos não financeiros (<i>Impairment</i>) (32%), Receita (29%) e Contingências (26%); - No segmento de Energia, o PAA mais nomeado foi Ativos e passivos de concessão e setoriais (62%).
Marques e Souza (2017)	Análise dos PAA denotados no RAI	49 empresas que compõem o IBOVESPA no ano de 2016	- Média de 3,49 PAA por relatório com desvio-padrão de 1,49 e coeficiente de variação de 0,42; - PAA mais citados: recuperabilidade dos ativos, contingências, receitas e projeção de resultados futuros para realização de ativos. - Setor Financeiro apresentou mais PAA, seguido de Materiais Básicos e Consumo não cíclico; - Avaliação por nível de governança: empresas dos níveis diferenciados têm menores quantidades médias de PAA.
Hansen e Andersen (2018)	Análise dos PAA no RAI da Noruega	212 relatórios em 2016 e 210 em 2017 de empresas listadas em Oslo Børs e Oslo	- Média de PAA: 2,03 em 2016 e 1,88 em 2017; - <i>Impairment</i> foi o PAA mais reportado: 112 relatórios em 2016 e 117 em 2017; - KPMG foi a firma que mais relatou PAA: média de 2,53 em 2016 e 2,27 em 2017.

		Axess	
Silva, Bianchi e Venturini (2018)	Análise do teor da seção de PAA no segmento de energia elétrica da B3	57 empresas de energia elétrica listadas na B3 em 2016 e 2017	<ul style="list-style-type: none"> - 170 PAA em 2016 e 176 em 2017; - As <i>Big four</i> auditaram a maior parte da amostra: Deloitte Touche Tohmatsu (19) e Ernst & Young (13) em 2016, e KPMG (22) e Ernst & Young (14) em 2017; - Assuntos mais citados: Receita (35) em 2016 e Ativos e passivos de concessão e setoriais (35) em 2017; - Relação entre os PAA e as variáveis contábeis: maior concentração de PAA nas empresas maiores, ou seja, de maior ativo total, ativo imobilizado e receita.
Seganfredo (2019)	Análise dos procedimentos utilizados por cada firma de auditoria na abordagem dos PAA	442 empresas listadas na B3 em 2016 e 2017	<ul style="list-style-type: none"> - Assuntos mais frequentes: valor recuperável de ativos não financeiros, provisão para contingências, receita e realização de tributos e ativos fiscais diferidos; - Análise por subsetor econômico não detectou significativas alterações na quantidade média de assuntos; - Empresas que permanecem com o mesmo auditor, mantêm o número de PAA, as que trocam aumentam; - As firmas auditoras <i>big four</i> utilizaram mais procedimentos do que as “outras empresas”.
Santos, Soares, Santos e Rosa Filho (2020)	Análise dos motivos de comunicação dos PAA no RAI	Empresas listadas na B3 no período de 2016 a 2018	<ul style="list-style-type: none"> - Os PAA apresentados são condizentes com o segmento que as companhias pertencem.

Fonte: elaborado a partir de diversos autores (2020).

Com base no Quadro 2, identificou-se que os estudos avaliariam principalmente os dois anos iniciais (2016 e 2017), após a implementação da norma dos PAA. Assim, amplia-se a longitudinalidade incluindo 2018 e 2019, além de avaliar os PAA mais evidenciados por firma de auditoria e suas tendências, por meio de 24 categorias e, posteriormente, de 6 itens em setores que possuem regulamentação.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Quanto à abordagem do problema, este estudo classifica-se como quantitativo (RAUPP; BEUREN, 2013), pois utilizou instrumentos estatísticos (quantificação, percentual e média) para demonstrar quais e quantos foram os PAA mencionados nas empresas auditadas dos setores de utilidade pública e telecomunicações, entre os anos de 2016 e 2019. Em relação ao objetivo, classifica-se como descritivo (PRADANOV; FREITAS, 2013), uma vez que categoriza e apresenta a frequência dos PAA explicitados nos RAIs. Assim, em relação ao período de análise, registra-se que inicia em 2016, pois esse ano é o primeiro período de obrigatoriedade de divulgação dos PAA nas empresas brasileiras listadas em bolsa.

No que se refere aos procedimentos técnicos, este estudo classifica-se como documental (RAUPP; BEUREN, 2013), pois os PAA foram coletados de 2016 a 2019, dos RAIs que integram as demonstrações contábeis divulgadas pelas companhias dos setores de utilidade pública e telecomunicações no site B3. A população deste estudo foi às empresas do setor de utilidade pública, subdividido nos subsetores de água e saneamento, energia elétrica e gás e do setor de telecomunicações, listadas na B3, de 2016 a 2019, totalizando 72 empresas. Entretanto, a amostra em 2016 consistiu em 70 empresas, pois duas empresas foram excluídas por não relatar PAA; em 2017 foram 72; em 2018 foram 70, visto que uma não apresentou RAI até a data da coleta dos dados, realizada em junho de 2020 e outra não foi identificada no site da B3; e em 2019 foram 68, pois 4 não foram localizadas no site da B3.

A escolha dos segmentos de Utilidade Pública e Telecomunicações respaldam-se no fato de que, em países em desenvolvimento, como o Brasil, esses setores estão presentes em quase todas as esferas organizacionais, desde áreas rurais até as urbanas. Além do mais, possuem regulamentação própria, são indispensáveis à vida moderna e se constituem como setores-chave da economia, fornecendo insumos básicos para estimular o crescimento econômico e permitir conexão globalizada (CASTRO; ROSENAL, 2016).

No tocante ao conteúdo informacional dos PAA, realizou-se coleta manual da quantidade e dos assuntos relatados por companhia na seção dos PAA, bem como o nome da firma auditora que emitiu o RAI.

Tais informações foram obtidas por meio do acesso ao RAI, disponível no sítio da B3, no item Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP), subitem Pareceres e Declarações. Posteriormente, os PAA foram categorizados conforme classificação proposta no estudo do IBRACON (2017; 2018), o qual contempla listagem com 24 tipos de PAA. Salienta-se que: a) se o título e/ou a descrição de um PAA revelado no RAI envolveu duas ou mais categorias do IBRACON (2017; 2018) realizou-se o desdobramento e foram computados de forma separada (Quadro 3); e, b) se em determinada empresa, mais de um PAA relatado no RAI do ano de análise, abrangeu a mesma categoria do IBRACON (2017; 2018), foi classificado para esta mais de uma vez (Quadro 4).

Quadro 3 – PAA relatados no RAI envolvendo mais de uma categoria do IBRACON (2017; 2018)

Companhia	PAA Reportado	Classificação IBRACON (2017; 2018)
Cia Saneamento de Minas Gerais - COPASA MG	Ativos intangíveis e ativos financeiros decorrentes dos contratos de concessão.	Ativo Intangível
		Ativos e Passivos de Concessão e Setoriais

Fonte: dados da pesquisa (2020).

Quadro 4 – PAA reportados no RAI abrangendo igual categoria do IBRACON (2017; 2018)

Companhia	PAA Reportado	Classificação IBRACON (2017; 2018)
AES Tiete Energia SA	Obrigação de expansão	Investimentos
	Rebaixamento hidrelétrico	Investimentos

Fonte: dados da pesquisa (2020).

Por meio do agrupamento dos PAA em uma das 24 categorias apresentadas pelo estudo do IBRACON (2017; 2018) foi possível avaliar o total de PAA apresentados no RAI por setor, ano e a média por empresa e firma de auditoria e o assunto mais citado por segmento. Posteriormente, subcategorizaram-se os assuntos (validada por especialistas - analista de mercado e professores doutores em Contabilidade), baseada em suas características, a fim de aglomerar em menores grupos os tópicos semelhantes julgados relevantes pelo auditor. Deste modo, realizou-se análise de conteúdo por sentença (BARDIN, 2011), a fim de compreender a comunicação constante nos PAA. O Quadro 5 evidencia a classificação inicial (24 assuntos) e a redução dos itens para 6 grupos.

Na validação com especialistas, cabe salientar que esses argumentaram que a categoria “Contingências” deveria ser um *Cluster*, mesmo sendo do grupo do passivo, pelo fato do tema, a depender de seu montante e idiosincrasias, poder inviabilizar a continuidade do negócio. O assunto “Ativos e passivos de concessão e setoriais” também seria um item exclusivo tendo em vista a concessão ser geralmente o principal faturamento da empresa. Portanto, a evidenciação desses assuntos sinaliza aos *stakeholders* que os auditores têm se dedicado a avaliação deles, o que pode implicar confiança no trabalho do auditor, no RAI e na empresa auditada.

Em relação ao rigor e qualidade da pesquisa, preliminarmente, um pesquisador realizou manualmente as classificações dos PAA, e posteriormente, por meio da análise em grupo, houve a discussão, ratificação ou reclassificação dos assuntos, conforme o caso. Essa análise em grupo teve o objetivo de minimizar a subjetividade de inferência e interpretação de apenas um pesquisador. Ainda, nessas deduções dos PAA, quando necessário, procedeu-se com a leitura individual e/ou em grupo da(s) Nota(s) Explicativa(s) mencionada(s) na descrição dos PAA, a fim de obter mais informações sobre o assunto descrito e, com isso melhor de categorização, tanto dos 24 grupos, quanto dos 6 itens.

Quadro 5 – Categorias dos PAA conforme IBRACON (2017; 2018) e especialistas

PAA conforme IBRACON (2017; 2018)	Cluster validado por especialistas
Ativos e passivos de concessão e setoriais	Ativos e passivos de concessão e setoriais
Valor recuperável de ativos não financeiros	Ativo
Instrumentos financeiros	
Investimentos	
Redução a valor recuperável de ativos financeiros	
Estoques	
Ativo biológico	
Imobilizado	
Contas a receber	
Propriedade para investimento	

Ativos intangíveis	
Ativos Disponíveis para venda/Operações descontinuadas	
Contingências	Contingências
Benefício pós-emprego	Gestão
Pressuposto de continuidade operacional	
Combinação de negócios	
Gestão de liquidez	
Controles internos - TI	
Transação com partes relacionadas	
Leis e regulamentações	
Demonstrações fiduciárias	
Receita	Resultado
Realização do impacto de renda diferido	
Outros passivos	Passivo

Fonte: elaborado a partir do IBRACON (2017; 2018) e dados da pesquisa (2020).

No que tange a análise e interpretação dos dados, classificam-se como descritiva (RAUPP; BEUREN, 2013), pois se ilustram as características da amostra – PAA por setor, firma de auditoria e ano, a fim de compreender seus aspectos de reporte no período avaliado, de forma similar a Tušek e Ježovita (2018) que verificaram tendências de PAA na Croácia.

4 ANÁLISE DOS DADOS

Nesta seção apresentam-se os resultados do estudo, dividido em análise dos Principais Assuntos de Auditoria, segundo a classificação do IBRACON (2017; 2018) e categorização dos assuntos em seis estratos, validada por especialistas.

4.1 ASPECTOS DOS PRINCIPAIS ASSUNTOS DE AUDITORIA

Esta seção apresenta os PAA mencionados nos RAI das empresas dos setores de utilidade pública, subdividido no subsetor água e saneamento, gás e energia elétrica, e do setor de telecomunicações dos anos de 2016 a 2019, conforme Tabela 1.

Tabela 1 - Total de PAA por setor nos anos de 2016 a 2019 e quantidade média por empresa

Setor	Número de Empresas	% de Empresas	Total de PAA no RAI				Média de PAA por empresa				Média geral de PAA por empresa
			2016	2017	2018	2019	2016	2017	2018	2019	
Energia elétrica	59	81,94%	181	186	150	134	3,07	3,15	2,54	2,27	2,76
Água e Saneamento	6	8,33%	18	18	17	16	3,00	3,00	2,83	2,67	2,88
Telecomunicações	5	6,94%	7	17	16	16	1,40	3,40	3,20	3,20	2,80
Gás	2	2,78%	4	4	4	5	2,00	2,00	2,00	2,50	2,13
Total	72	100%	210	225	187	171	2,92	3,13	2,60	2,38	2,75

Fonte: elaborada a partir dos dados da pesquisa (2020).

A Tabela 1 apresenta que, de forma geral, houve redução do quantitativo total de PAA reportados. A média de PAA, por empresa, nos anos de 2016 e 2017 foi de aproximadamente três, e em 2018 e 2019 de dois assuntos por companhia, resultando em uma média geral de 2,75. Desta forma, os usuários do RAI dos setores de Utilidade Pública e Telecomunicações anualmente têm informações adicionais sobre as companhias, bem como conhecem os procedimentos realizados pelos auditores (BOTEZ, 2017), em média de dois a três itens.

De 2016 (210 PAA) para 2017 (225 PAA) observa-se pequena elevação de assuntos reportados pelos auditores. O mesmo foi verificado por Silva, Bianchi e Venturini (2018), sendo 170 PAA em 2016 e 176 em 2017. A média geral na pesquisa do IBRACON (2017) foi 2,43 PAA por companhia, sendo 546

relatórios analisados referentes ao ano de 2016. Já Marques e Souza (2017) denotaram uma média 3,49 PAA por relatório, na avaliação de 49 empresas que compõem o IBOVESPA, divulgados no ano de 2017 e referente ao ano de 2016. Na Noruega, a média geral de PAA encontrada por Hansen e Andersen (2018) foi de 2,03 em 2016 e 1,88 em 2017. Assim, os achados deste estudo, corroboram os estudos que verificaram o quantitativo médio de PAA reportados por companhia listada na B3.

A Tabela 2 ilustra os PAA do período de 2016 a 2019, classificados conforme o IBRACON (2017; 2018). Não se constatou, neste estudo, as seguintes categorias: ativo biológico, demonstrações fiduciárias, estoques, e propriedades para investimento. O “% em relação registros” representa o quantitativo quanto ao número de empresas avaliadas no ano.

Tabela 2 - Principais Assuntos de Auditoria reportados no período entre 2016 e 2019

Principais Assuntos de Auditoria	2016		2017		2018		2019		Média geral QPAA
	QPAA	% em relação registros							
Receita	42	60,00%	38	52,78%	38	54,29%	31	45,59%	37,25
Ativos e Passivos de concessão e setoriais	34	48,57%	37	51,39%	38	54,29%	29	42,65%	34,50
Contingências	30	42,86%	34	47,22%	30	42,86%	23	33,82%	29,25
Valor recuperável de ativos não financeiros	22	31,43%	23	31,94%	19	27,14%	21	30,88%	21,25
Benefício pós-emprego	16	22,86%	17	23,61%	10	14,29%	11	16,18%	13,50
Realização do impacto de renda diferido	9	12,86%	14	19,44%	13	18,57%	11	16,18%	11,75
Instrumentos financeiros	13	18,57%	10	13,89%	7	10,00%	6	8,82%	9,00
Leis e regulamentações	2	2,86%	4	5,56%	2	2,86%	24	35,29%	8,00
Contas a receber	10	14,29%	11	15,28%	8	11,43%	2	2,94%	7,75
Investimentos	9	12,86%	11	15,28%	4	5,71%	4	5,88%	7,00
Ativos intangíveis	6	8,57%	6	8,33%	3	4,29%	2	2,94%	4,25
Pressuposto de continuidade operacional	6	8,57%	4	5,56%	1	1,43%	0	0,00%	2,75
Gestão de liquidez	4	5,71%	2	2,78%	2	2,86%	2	2,94%	2,50
Redução a valor recuperável de ativos financeiros	2	2,86%	4	5,56%	3	4,29%	0	0,00%	2,25
Combinação de negócios	1	1,43%	2	2,78%	3	4,29%	3	4,41%	2,25
Controles internos - TI	0	0,00%	5	6,94%	2	2,86%	1	1,47%	2,00
Outros passivos	1	1,43%	2	2,78%	3	4,29%	0	0,00%	1,50
Transação com partes relacionadas	3	4,29%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0,75
Ativos disponíveis para venda/Operações descontinuadas	0	0,00%	1	1,39%	1	1,43%	0	0,00%	0,50
Imobilizado	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	1	1,47%	0,25
Total	210	-	225	-	187	-	171	-	-

Nota. QPAA = Quantidade de Principais Assuntos de Auditoria.

Fonte: elaborada a partir dos dados da pesquisa (2020).

A Tabela 2 denota que os três PAA mais reportados no período analisado são: Receita (37,25), Ativos e passivos de concessão e setorial (34,50) e Contingências (29,25). Já os três menos mencionados são relacionados a Transação com partes relacionadas (0,75), Ativos disponíveis para venda/Operações descontinuadas (0,50) e Imobilizado (0,25).

O assunto Receita foi evidenciado em mais de 45,50% dos relatórios entre 2016 e 2019. Seganfredo (2019) destaca que a menção de Receita como PAA deve-se a dois aspectos: competência e mensuração. A correta determinação da competência das receitas exige maior atenção do auditor, pois é necessário avaliar o momento em que companhia transfere o risco para o comprador, fato que geralmente não é apurado rigidamente pelas companhias e, em diversos setores, a transferência dos riscos não coincide com transferência legal do documento. Já o processo de mensuração da Receita exige da auditoria, em vários casos, o envolvimento de especialistas em auditoria de sistemas de informação, pois as companhias realizam a mensuração da receita a partir de informações extraídas de sistemas de tecnologia, que concentram grande volume de informação. Reforça esse entendimento, Santos *et al.* (2020) declarando que várias empresas reconhecem de forma diferente as suas receitas, por isso trata-se de um PAA presente em diversos setores.

Verificou-se que Ativos e passivos de concessão e setoriais foram declarados em mais de 42% dos relatórios no período analisado. Isso pode ocorrer devido a amostra de este estudo ser predominantemente composta pelos subsetores de energia elétrica (59 empresas) e água e saneamento (6 empresas), que operam

sob regime de concessão. Na visão de Seganfredo (2019), esse assunto requer atenção significativa do auditor pelos elevados montantes envolvidos e necessidade de atualização frequente. Para Santos *et al.* (2020), trata-se de uma conta com grandes valores, estimativas abrangendo dados históricos, parametrização de sistemas e contabilização com julgamento da administração.

O assunto Contingências foi observado em mais de 33,8% dos relatórios entre 2016 e 2019. Para o IBRACON (2017) e Seganfredo (2019), a frequência desse assunto é justificada pela necessidade de envolvimento de terceiros (assessores legais) na determinação de estimativas e pelo julgamento exercido no reconhecimento da provisão. Também, com mais de 25% de análise de divulgação anual dos auditores, está à temática Valor recuperável de ativos não financeiros (27,14%). Esse assunto, para ter seu montante divulgado nas demonstrações contábeis exige estimativas da administração (PCAOB, 2017).

Por exemplo, na empresa Companhia Catarinense de Água e Saneamento [CASAN] (2019), um dos assuntos divulgados tem o título “Teste de *Impairment* (Nota explicativa 3, “g””, de modo que o auditor explica o assunto e, posteriormente emite a seguinte opinião sobre a sua análise: “Avaliamos o estudo realizado e testamos os cálculos apresentados, de forma a assegurar que não há indicação de reconhecimento de perda por *impairment*”. Portanto, esse parecer do auditor sobre um item estimado pela gestão da entidade pode propiciar maior confiabilidade aos usuários sobre os dados divulgados pela companhia.

No estudo de Seganfredo (2019), Valor recuperável de ativos não financeiros, Provisão para contingências, Reconhecimento da receita, Realização de tributos e Ativos fiscais diferidos, foram os PAA mais citados dentre os 442 RAI de 2016 e 2017. O IBRACON (2017), dentre os 546 relatórios analisados de 2016, identificou Valor recuperável de ativos não financeiros (*Impairment*) como o item mais reportado (32%), seguido por Receita (29%) e Contingências (26%). Marques e Souza (2017) constataram como os PAA mais mencionados, nas 49 empresas avaliadas: Recuperabilidade dos ativos, Contingências, Reconhecimento de receitas e Projeção de resultados futuros para realização de ativos. Silva, Bianchi e Venturini (2018) verificaram Receita (35) no ano de 2016 e Ativos e passivos de concessão e setoriais (35) no ano de 2017 como os PAA mais explicitados. Hansen e Andersen (2018) detectaram, na Noruega, o assunto *Impairment* como o mais citado.

Neste contexto, os três PAA mais citados (Receita; Ativos e passivos de concessão e setoriais; e Contingências) podem ter relação com a amostra – empresas de serviços, que para registrar a movimentação dos assuntos mais comunicados envolvem discricionariedade dos gestores, e conseqüentemente, exige maior atenção dos auditores. Tal consideração alinha-se a Marques e Souza (2017). Portanto, pode-se denotar certa tendência de assuntos reportados pelos auditores nos segmentos de utilidade pública e telecomunicações.

A Tabela 3 destaca os PAA mais relatados por firma de auditoria entre 2016 e 2019. No entanto, excluíram-se dessa tabela as firmas que auditaram apenas uma empresa em determinado ano, pois não seria possível demonstrar qual o PAA mais citado por elas. Também não constam as firmas auditoras que auditaram quatro ou menos empresas em um ano específico, são elas: i) a Baker em 2016 auditou duas companhias e o assunto destaque foi Investimentos (2); ii) a Maciel Auditores S/S auditou 3 entidades em 2018 e o item de destaque foi Ativos e passivos de concessão e setoriais (3); a Russell Bedford Brasil em 2019 auditou quatro organizações e o tópico de destaque foi Benefício pós-emprego (4).

Tabela 3 - Principais Assuntos de Auditoria mais evidenciados por firma de auditoria entre 2016 e 2019

Firma Auditora	2016		2017		2018		2019	
	Qtdade empresas auditadas	Principal Assunto de Auditoria reportado	Qtdade empresas auditadas	Principal Assunto de Auditoria reportado	Qtdade empresas auditadas	Principal Assunto de Auditoria reportado	Qtdade empresas auditadas	Principal Assunto de Auditoria reportado
DTT	20	Receita	5	Receita	4	Receita	5	Receita
KPMG	17	Valor recuperável de ativos não financeiros	25	Contingências	29	Ativos e Passivos de Concessão e Setoriais	24	Ativos e passivos de concessão e setoriais; Receita
EY	15	Contingências	17	Contingências	19	Contingências	18	Ativos e passivos de concessão e setoriais
PwC	9	Ativos e	11	Ativos e	6	Contingências	7	Ativos e

		passivos de concessão e setoriais		passivos de concessão e setoriais		ias		passivos de concessão e setoriais; Contingências
BDO	5	Valor recuperável de ativos não financeiros e Receita	9	Valor recuperável de ativos não financeiros	7	Valor recuperável de ativos não financeiros	4	Receita
Total	66	-	67	-	65	-	58	-
% total da amostra	94,29%	-	93,06%	-	92,86%	--	85,29%	-
% das big four	87,14%	-	80,56%	-	82,86%	-	79,41%	-

Nota. DTT = Deloitte ToucheTohmatsu; KPMG = KPMG Auditores Independentes; EY = Ernst & Young Auditores Independentes; PwC = Pricewaterhouse Coopers; BDO = BDO RCS Auditores Independentes S.S.

Fonte: elaborada a partir dos dados da pesquisa (2020).

A Tabela 3 demonstra que Deloitte ToucheTohmatsu (DTT) foi a que mais auditou as empresas do estudo no ano de 2016, avaliando 20 empresas, seguida da KPMG (17), EY (15), PwC (9) e BDO (5). No ano de 2017, as firmas de auditoria que mais auditaram as empresas do estudo foram respectivamente: KPMG (25), EY (17), PwC (11), BDO (9) e DTT (5). Já em 2018, foram as firmas: KPMG (29), EY (19), BDO (7), PwC (6) e DTT (4). Em 2019 o *ranking* é o seguinte: KPMG (24), EY (18), PwC (7), DTT (5); BDO (4).

Além do mais, conforme a Tabela 3, a firma de auditoria pode ter relação com os PAA comunicados em certo setor, pois no período avaliado (2016 a 2019) as firmas DTT, EY, PwC e BDO destacaram, em seus relatórios, respectivamente, os assuntos Receita, Contingências, Ativos e passivos de concessão e setoriais e Valor recuperável de ativos não financeiros, como os mais citados, mesmo auditando uma quantidade diferente de companhias. Deste modo, um assunto considerado relevante em 2016, por determinada firma auditora, permaneceu relevante nos anos seguintes.

Seganfredo (2019) verificou que, se a companhia manteve o mesmo auditor, os números de PAA também permaneceram, mas se trocaram de auditor, o número de PAA aumentou. Logo, em sendo a companhia auditada pela mesma firma auditora em anos consecutivos, os assuntos reportados podem ser os mesmos, tendo em vista que a norma estabelece que o auditor é quem julga quais são os assuntos relevantes.

No tocante aos assuntos, pode-se compreender que são relacionados a aspectos de incertezas e que, possivelmente fizeram parte do escopo da auditoria, mas em particular, os PAA são os tópicos de maiores riscos. Dessa forma, a tendência dos PAA pode ser relacionada à variação da materialidade, da subjetividade, da dificuldade de mensuração, além de incorporar uma consideração baseada no tempo. Porém, mesmo o assunto sendo idêntico em anos consecutivos, o motivo de relato pode ser distinto ou não. Isso pode ser uma informação útil ao usuário do RAI, tendo em vista que o objetivo da auditoria é fornecer informações confiáveis sobre a posição financeira do auditado (TUŠEK; JEŽOVITA, 2018) e se o assunto vem permanecendo como enfoque dos auditores, parece razoável supor que é um item suscetível também a direcionar a atenção dos usuários do RAI. Por exemplo, receita foi PAA em 2016, seguiu em 2017, 2018 e 2019 na companhia SANEPAR pelo seguinte motivo:

a) o monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, considerando a magnitude dos montantes envolvidos e o grau de julgamento da Administração na estimativa, que pode acarretar no reconhecimento de receita em período incorreto e/ou risco de receita inexistente e, portanto, apresentam um risco de distorção relevante às demonstrações contábeis.

Silva, Bianchi e Venturini (2018) identificaram que a DTT e EY no ano de 2016, e KPMG e a EY no ano de 2017 foram as firmas que mais auditaram as empresas de energia elétrica da B3. Já no estudo de Seganfredo (2019), a KPMG auditou mais empresas da amostra em ambos os anos (100 empresas em 2016 e 114 em 2017).

Ainda, destaca-se, com base na Tabela 3, que as *big four* (DTT, KPMG, EY e PwC) auditaram a maioria das companhias da amostra, sendo 87,14% em 2016; 80,56% em 2017; 82,86% em 2018 e 79,41% em 2019. Hansen e Andersen (2018) constataram que a KPMG, na Noruega, foi a firma que mais reportou

PAA nos anos analisados, média de 2,53 em 2016 e 2,27 em 2017. Na Croácia as *big four* reportaram 63% em 2016 e 67% em 2017 dos PAA (TUŠEK; JEŽOVITA, 2018). No Brasil, as *big four* auditaram mais de 79% da amostra de utilidade pública e telecomunicações nos quatro primeiros anos de emissão da NBC TA 701, que regulamenta os PAA. Isso pode ser benéfico aos usuários do RAI tendo em vista que as *big four* são consideradas firmas auditoras de maior credibilidade. Além do mais, o fato de as mesmas firmas de auditoria estar auditando as mesmas companhias de determinado setor pode ser favorável, pois podem contribuir mais nessa atividade de monitoramento em virtude de terem observado mais informações específicas da empresa ao longo dos anos.

A Tabela 4 demonstra os 5 (cinco) PAA mais frequentes entre os anos de 2016 e 2019 agrupados por setor.

Tabela 4 - Principais Assuntos de Auditoria mais encontrados por setor entre 2016 e 2019

Setor	5 PAA mais frequentes					% do total
	1	2	3	4	5	
Energia elétrica	Ativos e passivos de concessão e setoriais (127)	<u>Receita</u> (119)	<u>Contingências</u> (89)	Valor recuperável de ativos não financeiros (69)	Benefício pós-emprego (44)	69,57%
Água e saneamento	Ativo Intangível (15)	<u>Contingências</u> (13)	Ativos e passivos de concessão e setoriais (11)	<u>Receita</u> (8)	Benefício pós-emprego (5); Contas a Receber (5)	86,36%
Telecomunicações	<u>Receita</u> (13); Valor recuperável de ativos não financeiros (13)	<u>Contingências</u> (10)	Leis e Regulamentações (5)	Controles Internos - TI (4)	Contas a Receber (3); Impostos (3)	92,73%
Gás	<u>Receita</u> (6)	Benefício pós-emprego (4)	Ativo Intangível (2); <u>Contingências</u> (2); Instrumentos Financeiros (2)	Leis e Regulamentações (1)	-	100%

Fonte: elaborada a partir dos dados da pesquisa (2020).

Na Tabela 4 observa-se que os assuntos Receita e Contingências estão entre os cinco Principais Assuntos de Auditoria mais citados em todos os setores analisados. No âmbito de cada setor, Ativos e passivos de concessão e setoriais é mais denotado para energia elétrica, assim como relatado no estudo do IBRACON (2017) em 62% dos RAIs. Já Silva, Bianchi e Venturini (2018) constataram Receita (35) em 2016, e Ativos e passivos de concessão e setoriais (35) no ano de 2017 como os PAA mais citados para energia elétrica.

O Ativo intangível foi mais relevante no setor de Água e saneamento. No setor de Telecomunicações evidenciaram-se mais dados sobre Receita e Valor recuperável de ativos não financeiros, que para o IBRACON (2017) é explicado pelo alto nível de julgamento na determinação das premissas e cálculos. Já no setor de Gás, destacou-se o assunto Receita.

Dessa forma, constata-se que os PAA nos setores avaliados e, de modo geral, na amostra, são assuntos que não podem ser mensurados com precisão pelas empresas, e com isso exigem julgamento significativo dos auditores na avaliação da confiabilidade e possível distorção nos demonstrativos contábeis (IAASB, 2015).

Em tese, verifica-se que os PAA reportados assumem comportamento padrão nos setores e por firma auditora, e de modo geral se repetem nas auditorias visto que os assuntos e a quantidade de reporte tem pouca variação de um ano para o outro. Os cinco PAA mais citados representam: 69,57% dos itens reportados de energia elétrica; 86,36% de água e saneamento; 92,73% de telecomunicações e 100% do segmento gás. Com isso, as partes interessadas que buscam, por meio dos PAA, dados diferenciais sobre as empresas, podem não obter esse conteúdo distinto. Porém, podem compreender mais sobre temas que são passíveis de julgamento pela companhia, obtendo mais informações sobre o risco do item não estar mensurado adequadamente nos relatórios financeiros. Além do mais, os achados corroboram no entendimento de quais são as firmas auditoras que estão julgando e divulgando os PAA nos setores-chave da economia brasileira – Utilidade Pública e Telecomunicações.

Nessa perspectiva, elucida-se que são as firmas auditoras denominadas de *big four* e compreendidas como as de maior expertise em nível mundial. Esse resultado somado ao fato dos PAA serem reportados pelos auditores, agente considerado essencial no mercado de capitais devido sua função de atestar credibilidade e razoável garantia de confiabilidade às demonstrações contábeis, pode implicar em informações de maior qualidade. Logo, parece razoável supor que, os PAA podem ser percebidos pelos usuários do RAI como conteúdo informacional útil para as suas tomadas de decisões e a sua inclusão no RAI tem propiciado um relatório de maior qualidade.

4.2 SUBCATEGORIZAÇÃO DOS PAA EM SEIS ITENS

Esta seção apresenta a subcategorização dos Principais Assuntos de Auditoria deste estudo, para o período de 2016 a 2019. A análise, validada com especialistas, identificou que, as 24 categorias de PAA do estudo do IBRACON (2017; 2018) podem ser agrupadas, conforme suas características em: Ativo; Ativos e passivos de concessão e setoriais; Contingências; Gestão; Resultado; e Passivo.

Devido as suas particularidades, o assunto Ativos e passivos de concessão e setoriais tiveram estrato específico, e os demais PAA relacionados ao ativo patrimonial foram congregados na categoria Ativos. Ainda, por mérito de relevância, possibilidade de ocorrência e peculiaridades de divulgação, o assunto Contingências foi considerado uma categoria e os demais PAA relacionados ao passivo patrimonial foram reunidos no estrato Passivos.

Segundo os especialistas consultados, os assuntos relacionados à concessão e contingências se não observados no processo de tomada de decisão, seja pelos gestores, investidores ou até mesmo analistas, podem comprometer e inviabilizar a continuidade do negócio, devido envolverem critérios de subjetividade e, até mesmo por contemplarem montantes significativos de ativos e passivos patrimoniais das companhias.

A Tabela 5 apresenta os Principais Assuntos de Auditoria da amostra, por setor e subsetor, agrupados em seis categorias.

Tabela 5 - Categorização dos Principais Assuntos de Auditoria entre 2016 e 2019

Ano	Cluster	Energia elétrica		Água Saneamento ^e		Gás		Telecomunicações		Geral	
		Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
2016	Ativo	50	28%	7	39%	2	50%	3	43%	62	29,52%
	Resultado	44	24%	3	17%	1	25%	3	43%	51	24,29%
	Ativos e Passivos de Concessão e Setoriais	32	18%	2	11%	-	-	-	-	34	16,19%
	Gestão	29	16%	2	11%	1	25%	-	-	32	15,24%
	Contingências	25	14%	4	22%	-	-	1	14%	30	14,29%
	Passivo	1	1%	-	-	-	-	-	-	1	0,48%
	Total	181	100%	18	100%	4	100%	7	100%	210	100%
2017	Ativo	50	27%	7	39%	2	50%	7	41%	66	29,33%
	Resultado	44	24%	3	17%	1	25%	4	24%	52	23,11%
	Ativos e Passivos de Concessão e Setoriais	35	19%	2	11%	-	-	-	-	37	16,44%
	Gestão	28	15%	2	11%	1	25%	3	18%	34	15,11%
	Contingências	27	15%	4	22%	-	-	3	18%	34	15,11%
	Passivo	2	1%	-	-	-	-	-	-	2	0,89%
	Total	186	100%	18	100%	4	100%	17	100%	225	100%
2018	Resultado	42	28%	3	18%	2	50%	4	25%	51	27,27%
	Ativo	35	23%	5	29%	-	-	5	31%	45	24,06%
	Ativos e Passivos de Concessão e Setoriais	34	23%	4	24%	-	-	-	-	38	20,32%
	Contingências	23	15%	3	18%	1	25%	3	19%	30	16,04%
	Gestão	15	10%	1	6%	1	25%	3	19%	20	10,70%
	Passivo	1	1%	1	6%	-	-	1	6%	3	1,60%
	Total	150	100%	17	100%	4	100%	16	100%	187	100%
2019	Resultado	34	25%	3	19%	2	40%	3	19%	42	24,56%
	Ativo	30	22%	4	25%	-	-	2	13%	36	21,05%
	Gestão	27	20%	4	25%	2	40%	8	50%	41	23,98%

Ativos e Passivos de Concessão e Setoriais	26	19%	3	19%	-	-	-	-	29	16,96%
Contingências	17	13%	2	13%	1	20%	3	19%	23	13,45%
Passivo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	134	100%	16	100%	5	100%	16	100%	171	100%

Fonte: elaborada a partir dos dados da pesquisa (2020).

A Tabela 5 revela que os PAA mais citados nos RAI têm maior relação ao Ativo da empresa, 29,52% em 2016, 29,33% em 2017, 24,06% em 2018 e 21,05% em 2019. Nos anos de 2018 e 2019 é a categoria Resultado a característica mais presente nos PAA, com respectivamente 27,27% e 24,56%. A Tabela 6, ainda demonstra que o grupo Passivo foi a característica menos presente, manifestada em apenas 1 PAA em 2016, 2 em 2017 e 3 em 2018. No entanto, assuntos relacionados a Contingências, que contemplam circunstâncias que podem vir a ocorrer, e em caso de efetivação serão um passivo empresarial, mostrou-se presente de forma mais significativa nos setores de energia elétrica e água e saneamento.

Deste modo, nesta amostra e período analisado, algumas áreas exigiram maior atenção do auditor durante a realização da auditoria, sejam relacionados a assuntos, patrimoniais e/ou de resultado, oriundas das demonstrações contábeis, bem como relacionados à entidade. Com isso, assuntos das demonstrações contábeis são mais reportados pelos auditores independentes do que os itens relacionados a aspectos do negócio ou da entidade (gestão). Isso pode estar coerente ao enfoque do auditor, checar as informações sobre questões relativas às demonstrações financeiras e aspectos de sua elaboração, como os controles internos.

Essas constatações de tendência auxiliam os usuários previstos das demonstrações contábeis a compreenderem as áreas que envolveram julgamento significativo da administração, na elaboração das demonstrações contábeis das companhias (CFC, 2016) dos setores de utilidade pública e telecomunicações. Além do mais, conforme o *Public Company Accounting Oversight Board* (2017), as áreas de determinação dos PAA são aquelas: de risco de distorção relevante identificado; as que necessitam de julgamento e estimativas da administração; bem como as que contemplam transações ou eventos significativos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve o objetivo de analisar as tendências dos Principais Assuntos de Auditoria reportados pelos auditores independentes nas companhias dos setores de utilidade pública e telecomunicações listadas na Brasil, Bolsa, Balcão (B3) no período de 2016 a 2019. A população foi composta por 72 empresas, sendo a amostra em 2016 de 70; em 2017 de 72; em 2018 de 70; e em 2019 de 68, visto não se localizar algumas empresas na busca dos dados.

No âmbito das tendências observa-se que, em média, são divulgados 2,75 PAA por empresa, sendo mais de 79% dos PAA reportados pelas *big four* e houve redução do quantitativo total de PAA de 2016 para 2019. No que tange as categorias de assuntos, estas são referentes a áreas do auditado que envolve julgamento da administração quanto às metodologias de apuração e, por consequência, do auditor nos procedimentos de checagem. Esses riscos, em sua maioria, mais de 33%, são inerentes ao negócio, sendo eles: Receita, Ativos e passivos de concessão e setorial e Contingências. Portanto, os usuários da informação dos setores de utilidade pública e telecomunicações possuem evidenciação, por parte do auditor, de quais são e o que foi realizado para exame dessas áreas de risco (PAA).

Também se verificou tendência de padronização de evidenciação dos PAA por setor. Receita e Contingências estiveram presentes em todos os setores e os cinco PAA mais frequentes de cada setor representam mais de 69% dos itens. No subsetor de Energia Elétrica o PAA mais reportado foi Ativos e passivos de concessão e setoriais; no subsetor de Água e Saneamento foi Ativo intangível; no setor de Telecomunicações foram Receita e Valor recuperável de ativos não financeiros; e no subsetor de Gás foi Receita.

Outra detecção é que a firma de auditoria pode ter relação com os PAA mais citados, pois a DTT reportou Receita como o assunto mais relevante em todos os anos analisados; na EY prevaleceu o item Contingências; na PwC se destacou o tópico de Ativos e passivos de concessão e setoriais; e na BDO o tema Valor recuperável de ativos não financeiros.

Assim, esses achados são úteis a auditores, reguladores e demais órgãos de controle, que podem repensar os preceitos de divulgação dos PAA, a fim de que a inclusão deste item no relatório do auditor independente seja cumprida, ou seja, maior transparência de informações das companhias para promover redução da assimetria informacional.

A categorização dos PAA da amostra, por meio da classificação do IBRACON (2017; 2018), possibilitou reagrupar os assuntos julgados relevantes pelos auditores, conforme suas características e semelhanças, em 6 categorias: Ativo; Ativos e Passivos de Concessão e Setoriais; Contingências; Gestão; Resultado e Passivo. Com isso, verificou-se que os PAA tem mais relação com o Ativo da empresa e Passivo é a característica menos presente.

Essa subcategorização dos PAA permite aos usuários das demonstrações contábeis compreenderem as áreas que envolveram julgamento significativo da administração durante a elaboração das demonstrações contábeis, sejam relacionados às incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, sejam julgamentos e considerações sobre eventos futuros, das companhias dos setores de utilidade pública e telecomunicações. Além do mais, possibilita inferir que os auditores independentes na amostra e no período (2016 a 2019) analisados julgaram como mais significantes os assuntos de cunho contábil (itens evidenciados nos relatórios financeiros) do que aqueles que envolvem aspectos da gestão da entidade, como por exemplo, dados do controle interno.

Desta forma, denota-se que os aspectos de reporte dos PAA têm relação com os setores analisados, firma auditora, complexidade de contabilização e que envolvem assuntos relacionados aos ativos patrimoniais das companhias.

A amostra foi formada por empresas públicas e privadas dos segmentos de utilidade pública e telecomunicações. Assim, o relato dos assuntos mais divulgados por setor, ano, média por empresa e firma auditora, segundo as 24 categorizações do IBRACON (2017; 2018), e depois em seis estratos validados por especialistas (analista de mercado e professores doutores em Contabilidade), coopera com a evidenciação empírica dos aspectos dos Principais Assuntos de Auditoria apontados pelos auditores em seus relatórios de segmentos regulamentados e que prestam serviços à população em geral.

Ademais, devido os PAA propiciarem informações adicionais sobre as companhias e aos procedimentos realizados pelos auditores independentes, em no mínimo três itens, a pesquisa fornece direcionamento às partes interessadas sobre o trabalho dos auditores nas empresas de capital aberto, contribuindo com a percepção da qualidade da auditoria.

O estudo limita-se as empresas listadas nos setores de utilidade pública e telecomunicações e ao período analisado. Assim os resultados encontrados são específicos da amostra, não podendo ser generalizados aos demais setores. Deste modo, sugere-se que estudos futuros repliquem esta análise aos demais setores da B3 e, expandam o período de avaliação, de modo a detectar as particularidades e os aspectos de cada setor.

REFERÊNCIAS

AAA. American Accounting Association. **Insights into Critical Audit Matters (CAMs)**. 2021. Disponível em: <https://aaahq.org/Education/Resources/Online/weARE-Webinar-18#day2>. Acesso em: 07 jun. 2021.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Almedina, 2011.

BOTEZ, D. Updates Regarding Audit Reporting. Studies and Scientific Researches. **Economics Edition**, [s.l.], n. 25, jul. 2017. Disponível em: <http://sceco.ub.ro/index.php/SCECO/article/view/385/359>. Acesso em: 04 jun. 2019.

CASAN. Companhia Catarinense de Água e Saneamento. **Balço Patrimonial e Demonstrativos Contábeis 2019**. 2019. Disponível em: [https://www.casan.com.br/ckfinder/userfiles/files/Relat%C3%B3rio%20Anual%202019%20CASAN%20\(2\).pdf](https://www.casan.com.br/ckfinder/userfiles/files/Relat%C3%B3rio%20Anual%202019%20CASAN%20(2).pdf). Acesso em: 13 fev. 2022.

CASTRO, N. J.; ROSENTAL, R. O Estado e o Setor Elétrico Brasileiro. **Jornal dos Economistas**, v. 326, n. 4-5, p. 1-4, 2016.

CFC. Conselho Federal de Contabilidade. **Norma Brasileira de Contabilidade. NBC TA 701 - Comunicação dos Principais Assuntos de Auditoria no Relatório do Auditor Independente**, de 17 de junho de 2016. Disponível em: http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2016/NBCTA701. Acesso em: 29 mar. 2019.

CFC. Conselho Federal de Contabilidade. **Norma Brasileira de Contabilidade. NBC TA 200 (R1) - Objetivos Gerais do Auditor Independente e a Condução da Auditoria em Conformidade com**

Normas de Auditoria, de 19 de agosto de 2016a. Disponível em: [http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2016/NBCTA200\(R1\)](http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2016/NBCTA200(R1)). Acesso em: 29 mar. 2019.

CFC. Conselho Federal de Contabilidade. **Norma Brasileira de Contabilidade. NBC TA 700 – Formação da Opinião e Emissão do Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis**, de 17 de junho de 2016b. Disponível em: <http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTA700.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2019.

CHIUDINI, V.; CUNHA, P. R.; MARQUES, L. Relação entre a Republicação das Demonstrações Contábeis e o *Audit Delay*. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**. Florianópolis, v. 17, n. 51, p. 89-107, maio/ago., 2018.

CUNHA, P. R.; BEUREN, I. M.; PEREIRA, E. Análise dos Pareceres de Auditoria das Demonstrações Contábeis de Empresas de Santa Catarina Registradas na Comissão de Valores Mobiliários. **RIC - Revista de Informação Contábil**, Recife, v. 3, n. 4, p. 44-65, out./dez., 2009.

FERRAZ, D. P.; COSTA, R. D. B.; AMANAJÁ, H. W. Análise da concentração de mercado do setor de telecomunicações brasileiro. **Revista Observatorio de la Economía Latinoamericana**, 235, 2017.

HANSEN, N. B; ANDERSEN, J. **Key Audit Matters**: en undersøkelse av norske foretak. 2018. 124 f. Masteroppgave (MSc) i Master i regnskap og revisjon - Handelshøyskolen BI, 2018. Disponível em: <https://biopen.bi.no/bi-xmlui/handle/11250/2578878>. Acesso em: 09 jun. 2019.

IAASB. International Accounting Standards. **Auditor Reporting – Key Audit Matters**. Jan. 2015. Disponível em: <https://www.ifac.org/publications-resources/auditor-reporting-key-audit-matters>. Acesso em: 28 abr. 2019.

IBRACON. Instituto dos Auditores Independentes. **A experiência da aplicação do Novo Relatório do Auditor no 1º. Ano: Principais Assuntos de Auditoria**. 2017. Disponível em: <http://www.ibracon.com.br/ibracon/Portugues/detDocumento.php?cod=100>. Acesso em: 28 abr. 2019.

IBRACON. Instituto dos Auditores Independentes. **Principais Assuntos de Auditoria**. 2018. Disponível em: <http://www.ibracon.com.br/ibracon/Portugues/detNoticia.php?cod=5573&codregional=6>. Acesso em: 09 jul. 2019.

MARQUES, V. A.; SOUZA, M. K. P. Principais Assuntos de Auditoria e Opinião Sobre o Risco de Descontinuidade: Uma Análise das Empresas do Ibovespa. **RIC - Revista de Informação Contábil**, Recife, v. 11, n. 4, p. 1-22, out./dez., 2017.

MASDOR, N; SHAMSUDDIN, A. The Implementation of ISA 701- Key Audit Matters: A Review. **Global Business and Management Research: an International Journal**, v. 10, n. 3, p. 1101-1115, Special Issue, 2018.

PCAOB. Public Company Accounting Oversight Board. **PCAOB Release nº. 2017-001**: The auditor's report on an audit of financial statements when the auditor expresses an unqualified opinion. Jun. 2017. Disponível em: <https://pcaobus.org/Rulemaking/Docket034/2017-001-auditors-report-final-rule.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2019.

PRADANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do Trabalho Científico**: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RAUPP, F. M.; BEUREN, I.M. Metodologia da Pesquisa Aplicada às Ciências Sociais. *In*: BEUREN, I, M. (org.). **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade**: Teoria e Prática. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2013. p. 76-97.

REINA, D.; SILVA, F. A. S.; LEMES, S.; REINA, D. R. M. Grau de Legibilidade do Novo Relatório do Auditor Independente. **Revista Eletrônica de Gestão Organizacional – Gestão. Org.**, v. 19, n. 2, p. 151-168, 2021. <https://doi.org/10.51359/1679-1827.2021.240206>

SANTOS, E. A.; SOARES, F. S.; SANTOS, L. M. R.; ROSA FILHO C. Principais Assuntos de Auditoria Destacados no Relatório de Auditoria Independente das Empresas Listadas na B3. **Desafio Online**, Mato Grosso do Sul, v. 8, n. 1, 132-151, 2020.

SEGANFREDO, F. B. **Procedimentos Utilizados na Abordagem dos Principais Assuntos de Auditoria em Empresas Listadas na B3 S.A.**. 2019. 93 f. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) - Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade da Faculdade de Ciências Econômicas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2019.

SILVA, M. F.; VENTURINI, L. D. B.; ANDRÉ, F.; BIANCHI, M. Análise dos relatórios de auditoria independente das companhias brasileiras listadas no Novo Mercado da B3 S.A. **Revista Brasileira de Contabilidade**, Brasília, v. 238, p. 80-95, 2019.

SILVA, P. S.; BIANCHI, M. VENTURINI, L. D. B. Principais Assuntos de Auditoria: uma Análise dos Itens do Relatório do Auditor Independente nos Anos de 2016 e 2017. In: CONGRESSO DE CONTABILIDADE DA UFRGS, 3., 2018, Porto Alegre. **Anais** [...]. Porto Alegre: PPGCONT - UFRGS, 2018.

SILVESTRE, A. O.; SPRENGER, K. B.; KRONBAUER, C. A. Relatório Modificado de Auditoria: Análise Pré e Pós-Convergência aos Padrões Internacionais de Contabilidade. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, Florianópolis, v. 15, n. 44, p. 75-85, jan./abr., 2016.

SOUZA, J. L. S.; ALBERTON, L.; BORBA, J. A. Pra Quem o Novo Relatório da Auditoria Independente é Compreensível? In: CONGRESSO UNB DE CONTABILIDADE E GOVERNANÇA, 3., 2017, Brasília. **Anais** [...]. Brasília: Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais, 2017.

TUŠEK, B.; JEŽOVITA, A. The Key Audit Matters as an Element of the Independent Auditor's Report – A Booster to the Corporate Governance. **InterEULawEast**, v. 5, n. 2, p. 242-276, 2018. <https://doi.org/10.22598/iele.2018.5.2.9>

WISNIK, M. T. **Relação Entre a Natureza dos Principais Assuntos de Auditoria Apresentados nos Relatórios de Auditoria Independente, Setores de Atuação e Países**. 2018. 98 f. Dissertação (Mestrado em Gestão para a Competitividade – Finanças e Controladoria) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo, São Paulo, 2018.